

COERÊNCIA ÉTICA NOS INVESTIMENTOS

Reflexão sobre o documento Mensuram Bonam e os impactos da mineração



Para começar nossa conversa

Desde que surgiu, a rede “Igrejas e Mineração” escuta e apoia as comunidades atingidas pelas empresas extrativistas, desvenda as manipulações e enganos das mineradoras, favorece o desenvolvimento da espiritualidade ecológica. A rede compartilha experiências bem-sucedidas, elabora e fornece material didático para as comunidades e dialoga com as lideranças das Igrejas cristãs em nível continental e mundial (<https://iglesiasymineria.org/>). No âmbito católico, Igrejas e Mineração (lyM) tem atuado junto com pastorais sociais, dioceses, conferências de religiosos(as) locais e as organizações latino-americanas dos Religiosos(as) (CLAR) e dos bispos (CELAM). Estabelece também vínculos com algumas entidades internacionais e o Dicastério para o desenvolvimento do serviço humano integral do Vaticano (https://www.vatican.va/roman_curia/sviluppo-umano-integrale/index_po.htm). Trata-se de um longo e persistente trabalho de apoio, denúncia, incidência social e ecoespiritualidade, que a rede realiza à luz da fé em Jesus Cristo, em parceria com outros grupos eclesiais e socioambientais.

“Igrejas e Mineração” manifesta sua gratidão a todos os parceiros que formam parte da Rede. Alegra-se com leigos e leigas, comunidades da consagrados e consagradas e as igrejas particulares que conosco assumem a defesa das comunidades atingidas pela mineração, o cuidado com o meio ambiente, o apoio à organização popular e o cultivo de uma espiritualidade ecológica. Essa é a contribuição mais importante. Mas não a única possível.

Uma das iniciativas conjuntas que reúne a Rede Igrejas e Mineração (lyM), o CELAM, a CLAR, o CEBITEPAL (Centro Bíblico-Teológico para a América Latina e o Caribe), Misereor (Agência de Cooperação da Alemanha) e a DKA (Agência de Cooperação Katholische Jungschar, da Áustria) é a Campanha de Desinvestimento em Mineração, ora em andamento. Veja a apresentação didática e os passos da campanha em (<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Campan%C3%A7%C3%A0DesinversionESP.pdf>) e visite o site <https://divestinmining.org/>

O que essa campanha de desinvestimento tem a ver com os Institutos Religiosos de Irmãs, Irmãos e presbíteros? Como as dioceses podem se engajar nela? Sabemos que várias instituições cristãs têm obrigações econômico-financeiras significativas. Elas necessitam de dinheiro para folha de pagamento dos colaboradores e tributos, manutenção e atualização do patrimônio de móveis e imóveis, resolução de pendências jurídicas, suporte para obras sociais e pastorais, formação e sustento de seus membros e lideranças. Para garantir a continuidade de sua missão, essas instituições precisam gerar e gerir recursos, e ter uma reserva financeira de garantia. Várias instituições católicas investem em ativos imobiliários, que retornam em forma de aluguel. Outras assumem iniciativas de produção agrícola, artesanal ou comercial.

Muitas instituições religiosas recorrem aos investimentos em ativos financeiros. Esses apresentam boa liquidez. Isso é: podem ser resgatados imediatamente ou num prazo pré-fixado. Há vários ativos financeiros como a “Caderneta de Poupança” (no Brasil), depósitos bancários, ações de uma empresa, rendimentos de renda fixa ou de renda variável, Exchange Traded Funds (ETFs) etc. Há ainda os chamados “ativos tangíveis”, como o ouro, ou propriedades rurais e urbanas. Existem aplicações a curto, médio e longo prazo. Investimentos de alta rentabilidade são flutuantes, apresentam maior risco e estão sujeitos às crises financeiras. Os investimentos tidos como “conservadores” são mais seguros e rendem menos. Normalmente, as instituições católicas investem numa instituição financeira que lhes apresenta uma “carteira de investimentos”, um fundo composto de diferentes investimentos de várias empresas, administrada por um banco ou sociedade gestora similar.

Quantas instituições católicas complexas têm uma política de aplicações financeiras (código ético de investimento)? Elas são coerentes com o Evangelho e os carismas dos institutos religiosos? Que critérios adotam nos investimentos?

A Academia de Ciências Sociais do Vaticano publicou no dia 10 de novembro de 2022 um documento de orientação para investidores no mercado financeiro, intitulado “Boas Medidas” (em latim: *Mensuram Bonam* – Sigla: MB). Pela primeira vez um órgão mundial da Igreja insere a mineração entre as atividades eticamente críticas e desaconselha investir nela, pelos impactos ambientais e humanos que ela causa.

Vamos nos concentrar em alguns tópicos do documento. Dirigimos essa reflexão sobretudo para as igrejas particulares (dioceses, arquidioceses e prelazia) e aos Institutos Religiosos de Vida Consagrada de presbíteros, Irmãs e Irmãos. O subtítulo do documento já é inspirador: “MEDIDAS BASEADAS NA FÉ PARA INVESTIDORES CATÓLICOS: UM PONTO DE PARTIDA E UM CHAMADO À AÇÃO”. Há versões em inglês e espanhol (<https://www.fpablovi.org/documentacion-inversiones-eticas/1656-mensuram-bonam-medidas-coherentes-con-la-fe-para-inversores-catolicos>)

Os números entre parênteses correspondem aos parágrafos ou itens no documento original. Ao final faremos uns comentários e sugestões práticas.

I. Boas medidas para aplicações financeiras

O documento “*Mensuram bonam*” (Boas medidas) está estruturado assim: apresentação, introdução, dois capítulos e a conclusão. Na apresentação se diz que ele se destina tanto às pessoas individuais como às instituições cristãs (MB 7).

Trata-se de um intenso apelo à ação, para investimentos baseados, coerentes e inspirados na fé em Cristo, conforme a orientação da Doutrina Social da Igreja (MB 2).

O Capítulo I apresenta princípios religiosos e éticos para os investidores católicos. Diz-se que os investimentos baseados na fé são uma forma de praticar hoje o seguimento de Jesus (MB 10). O documento recolhe a contribuição de várias conferências episcopais e instâncias eclesiais (MB 11-12), que são detalhadas na bibliografia. Apresentam-se alguns critérios bíblico-teológicos, que ele chama de “pilares da fé” como: a auto-revelação de Deus como base para o compromisso com o bem comum (MB 15); fidelidade à aliança de Deus em Jesus Cristo (MB 16); participação no amor e na maravilha da Trindade (MB 17); acolhida à graça exercendo o discernimento (MB 18); formação pela Palavra de Deus, a Leitura orante da Bíblia (MB 20); perseverança à luz do Espírito Santo (MB 20). Então, “escutando a Palavra de Deus, com o coração, a mente e a imaginação, cresce a integridade pessoal para estar em consonância com as bênçãos e os valores amorosos de Deus (MB 20).

Mensuram Bonam destaca a seguir os critérios da Doutrina Social da Igreja (DSI). Resumidamente, a DSI se inspira nos seguintes princípios: a dignidade da pessoa, os Direitos Humanos, o Bem Comum, a solidariedade, a subsidiariedade e a participação, e o destino universal dos bens da Terra (MB 22-23). Acrescentam-se outros princípios atuais: a justiça social, o cuidado da nossa casa comum, a inclusão dos mais vulneráveis e a ecologia integral.

A Doutrina Social da Igreja apresenta três ressonâncias particulares para os investidores (MB 24):

- Escapar do “absolutismo fiduciário”, da lógica fechada da engenharia financeira centrada nos ganhos a curto prazo, que rejeita qualquer responsabilidade ética. Positivamente: acolher o apelo a mudar a visão e assumir as responsabilidades éticas nos investimentos.
- Utilizar medidas baseadas na fé para animar a partir da ética (social e ambiental) os grupos na sociedade e na economia que se empenham por mudanças. Daí, o apelo a desenvolver e aprofundar as melhores práticas de responsabilidade social e ambiental.
- Orientar as esperanças e as medidas para uma sociedade que está ainda para nascer, cujos sinais já percebemos. Daí, deve-se imaginar o que se necessita e o que é possível para um desenvolvimento humano integral, voltado para o futuro.

Visando oferecer efetivamente às pessoas e às instituições cristãs critérios para investimento, o documento apresenta um quadro no qual se articulam: (1) cada princípio da Doutrina Social da Igreja com (2) as implicações para os investimentos e (3) perguntas para o discernimento (MB 25).

II. Orientação prática

Os imperativos proféticos da fé estão cada vez mais alinhados com as necessidades de justiça social e da sustentabilidade. MB aspira uma nova cultura de investimento que combine os conhecimentos técnicos com a orientação ética da fé. É semelhante à ESG nas empresas, mas tem o diferencial da fé e da moral cristãs (MB 30). ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que definem se uma organização é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada. A sigla em inglês aponta para seus critérios básicos: Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

A MB visa compartilhar orientações, aprender juntos, convidar à reflexão, servir de base para o diálogo e o aprofundamento das análises, direcionados para o projeto compartilhado do desenvolvimento humano integral. O conteúdo da MB é um ponto de partida, pois não pretende ser exaustivo nem definitivo (31-32).

Caminho adotado pela MB: (1) Passos para que comecemos a fazer “Investimentos Coerentes com a Fé” (Sigla: ICF). (2) Lições para investidores institucionais católicos avançarem nas práticas baseadas na fé. Finalidade: que os gestores de ativos financeiros não visem somente benefícios próprios, mas também cuidem da sociedade e da Criação com vistas ao Bem comum (MB 32).

2.1 Adotar um processo baseado na fé

Adotar outra cultura dos investimentos não é fácil. É preciso aprender e desaprender, mudar pressupostos e expectativas, e repensar cada uma das etapas do processo de investimento com atenção. O Papa Francisco introduziu uma metodologia de leitura dos Sinais dos tempos que pode ser aplicada aos investimentos coerentes com a fé. Seus três passos são contemplar, discernir e propor. A contemplação consiste em mergulhar em oração no assunto em questão. Ela não nos fornece resoluções, e sim permite humildemente que a verdade surja e seja encontrada. O discernimento presta atenção honesta às forças paradoxais e contraditórias. Mais do que uma análise racional, o discernimento envolve uma abertura voluntária a novas alternativas baseadas “nos motivos, no convite e na vontade de Deus”. As intuições da contemplação e as inovações criativas do discernimento inspiram a ação, que é fonte de aprendizagem e teste (MB 33).

Faz-se então um processo institucional de redefinição dos investimentos. Esse inclui:

- Formular uma declaração de política de investimento financeiro. Isso leva a repensar as prioridades, a tolerância aos riscos, os objetivos de rentabilidade e o horizonte temporal de um investidor. Serve como um balanço proativo, que identifica os ativos ou objetivos éticos e financeiros, e os passivos e riscos.
- Ao adotar tal política como guia, revisam-se os parâmetros de risco, para levar em conta devidamente tanto as condições financeiras como as expectativas éticas. O marco de riscos é o eixo para carteiras financeiras prudentes.
- Identificar os valores para obter resultados coerentes com a fé. As normas de investimentos devem priorizar considerações éticas, que repercutem nas escolhas e nos resultados.
- Ao acolher objetivos coerentes com a fé, refaz-se o sistema de raciocínio dos investimentos. Perguntas e critérios de desempenho impactam nas estratégias e se tornam um filtro para opções de investimento.
- Assim, os critérios coerentes com a fé permitem aos investidores tomarem decisões mais precisas sobre tipos de ativos, valores, propriedades, emissões e outras opções de fundos.
- Seguir e avaliar os progressos conduz os investidores a realizarem bem sua tarefa, dá segurança à instituição, ao mesmo tempo que se alinha com a visão e os valores da fé.

O investimento financeiro coerente com a fé é uma trajetória, mais do que receitas ou garantia de resultados fixos. Então, as instituições investidoras podem escolher a rota mais conveniente, conforme sua identidade e contexto (MB 34).

2.2 Ética possível e necessária

Toda instituição católica que utiliza recursos econômicos para cumprir sua missão enfrenta uma dupla responsabilidade: gerir os recursos com prudência e dar suporte econômico para sua missão; alinhar suas práticas de investimentos e gestão com os princípios da fé e da visão social da Igreja (MB 35).

Quanto aos investimentos, há opção éticas possíveis, como a gestão direta de

valores cotizados, os fundos de investimento de renda variável ou fixa. Cresce o número de fundos de investimento socialmente responsáveis. No entanto, tais carteiras de investimento não estão disponíveis em todos os países (MB 38).

Por vezes é complicado certificar-se que determinado investimento é socialmente responsável. As informações estão indisponíveis ou são incompletas. Mas isso não pode nos impedir de buscar investimentos éticos. Há pessoas que afirmam: “investimentos éticos podem comprometer a rentabilidade”. Ora, experiências recentes mostram que investimentos sustentáveis do ponto de vista social e ecológico podem oferecer um rendimento final igual ou melhor a longo prazo. (É mesmo que isso não aconteça sempre, os critérios éticos devem predominar sobre os da lucratividade. É uma questão de coerência com nossa fé!) (MB 39-41).

A política de investimentos é algo complexo e não pode ficar nas mãos de uma pessoa da instituição. Ela deve estar em coerência com a gestão e a governança do instituto de Vida Consagrada ou Diocese. É aconselhável que haja uma equipe assessora de especialistas em investimentos, que tenham na mente e no coração os princípios socioambientais atuais da Igreja. Essa pode atuar como assessoria a várias instituições juntas, como uma Conferência episcopal ou de religiosos/as, a nível nacional ou internacional (Cf. MB 41)

As aplicações de ativos financeiros (ou patrimoniais) devem levar em consideração os possíveis impactos imediatos e a longo prazo, diretos ou colaterais, sobre as pessoas, as comunidades, o clima e a terra, nossa casa comum (MB 41)

A escolha das organizações onde investir não é uma tarefa neutra. Tem a ver com nossos carismas, nossa espiritualidade a missão. Pode-se somar com elas ou ser algo contraditório com o que cremos e anunciamos. Nesse sentido o documento “Mensuram Bonam” (MB) propõe critérios positivos para orientar as decisões. Para isso, sugerimos a leitura desse extenso item no próprio texto (Ver MB 42).

Há também os possíveis critérios de exclusão, ou seja: indicadores de organizações produtivas ou financeiras para a quais não deve investir, pois não cumprem exigências socioambientais e humanas. Vejamos resumidamente esses indicadores, começando com o que mais impacta para a articulação “Igrejas e mineração”. Embora provisórios e incompletos, eles expressam um consenso crescente de diferentes regiões do planeta e são imprescindíveis para nós, da América Latina.

(a) Garantir a proteção do meio ambiente: não se recomenda investir em empresas que, no seu projeto produtivo ou no financiamento a outros, provocam aumento das mudanças climáticas; produzem externalidades negativas exploradoras (como lançar no ambiente poluidores e efluentes); negam a disponibili-

de de alimentos para os mais vulneráveis; utilizam transgênicos e investem em engenharia genética; usam produtos químicos perigosos para as comunidades humanas e o meio ambiente; realizam a mineração e a extração de matérias primas minerais; impedem ou dificultam o acesso à água potável.

(b) Reconhecer o impacto global e a sustentabilidade: não se recomenda investir em empresas que, no seu projeto produtivo ou no financiamento a outros, cometem infrações à legislação ambiental; estão envolvidas em corrupção; discriminam pessoas por causa de seu gênero, cultura ou raça; violam os Direitos Humanos e sobretudo a dos povos indígenas; apoiam regimes totalitários; tem práticas comerciais desleais.

(c) Evitar comportamentos destrutivos: não se recomenda investir em empresas que, no seu projeto produtivo ou no financiamento a outros, apoiam o uso de substâncias que provocam vícios e dependência; investem em jogos e brinquedos desumanizadores e promovem a pornografia..

(d) Defender a dignidade intrínseca à vida humana: não se recomenda investir em empresas que, no seu projeto produtivo ou no financiamento a outros, apoiam o aborto, favorecem a fabricação de armamentos e armas nucleares; defendem a pena de morte, produzem anticoncepcionais, pesquisam sobre células tronco em embriões, maltratam animais e fazem experimentos com eles (MB 42).

O documento sugere os seguintes passos para mudar o horizonte ou a cultura de investimentos: integrar os princípios da Doutrina Social da Igreja em todo o processo de tomada de decisões para investimentos; comprometer-se ativa e positivamente na aplicação da política de investimento coerente com a fé cristã; ser proativos; inovar, aprender e compartilhar lições (MB 44).

III. Conclusão de Mesuram Bonam

A sabedoria da fé nos leva a sonhar e a criar novas possibilidades, além daquelas que o mercado apresenta na atualidade. Assim vivemos a tensão entre o “já” e o “ainda não” da vinda do Reino de Deus, confiando em Deus e arriscando (MB 47-48).

Os investidores são convidados a um discernimento orante, enquanto analisam as opções e tomam decisões. É importante também descansar do trabalho e exercitar a serenidade, pois os mercados são sempre frenéticos e podem consumir nossa atenção (MB 48).

“É importante que todos nós, especialmente os investidores, vivamos nesse nex

de relações: atuar, falar e reunir-nos periodicamente para supervisionar, revisar e propor ajustes ao projeto compartilhado (..) de desenvolvimento integral em todas as suas formas” (MB 51)..

IV. Reflexões e sugestões da Rede “Igrejas e Mineração” à luz de Mensuram Bonam

A mineração é uma atividade econômica que na América Latina e no Caribe apresenta rosto sombrio e práticas devastadoras. Até as mineradoras que atuam legalmente deixam atrás de si um rastro de destruição. As comunidades atingidas e a pesquisas científicas apontam as consequências negativas das atividades extrativistas, como poluição das águas; contaminação do solo e do ar; supressão da camada de infiltração da água de chuva que seca as fontes de água; degradação dos “berços de vida” (biomas); redução da biodiversidade (de microorganismos, plantas e animais); desmatamento que conduz ao aumento da emissão dos gases responsáveis pelas mudanças climáticas; vários tipos de doenças respiratórias e gastrointestinais nas comunidades, e maior incidência de câncer nas comunidades atingidas etc.

- As mineradoras se proclamam como sustentáveis, mas as medidas de mitigação (redução dos danos) e de compensação são insuficientes para recompor os estragos causados. Esses e outros impactos negativos sobre a natureza e os seres humanos, especialmente os mais pobres, são justificados em nome do “progresso”, o que na realidade não acontece. Por exemplo, os países que concentram maior exploração de ouro, como o Peru, não são aqueles mais ricos nem os que apresentam maior índice de desenvolvimento humano (IDH). No nosso continente há grandes empreendimentos de mineração de ferro, ouro, cobre, bauxita (para produção de alumínio), lítio (para baterias), manganês (para o aço), nióbio (metal ultra resistente) além do petróleo. E a concentração de renda e os impactos negativos sobre a natureza só aumentam.
- A fé e a caridade cristãs nos chamam a cuidar da nossa Casa Comum, dom de Deus para todos. O Senhor Jesus apela, hoje e sempre, para a prática da fraternidade como o mandamento maior. E a mineração, tal como é realizada no nosso continente, apresenta sinais evidentes daquilo que o Sínodo panamazônico chama de “pecado ecológico”, que também é social. Fazer aplicações no mercado financeiro de forma ética não é uma tarefa fácil. Há uma questão estrutural grave. O capitalismo global está marcado cada vez mais pela “financeirização”. Ou seja, quem tem dinheiro para investir no mercado financeiro ganha mais do que aqueles que atuam na produção de bens e serviços. O economista Ladislau Dowbor o denomina “o domínio do capital improdutivo” (Dowbor, 2019, p.9-34). Vários de nossos países apresentam uma alta taxa de juros, que favorece os “rentistas” e as instituições financeiras, que nada produzem efetivamente. Dowbor diz que é preciso diferenciar

“investimento produtivo” de “aplicação financeira”.

Papa Francisco se pronunciou várias vezes sobre os malefícios da financeirização da economia mundial, ou seja: a preponderância da acumulação de riquezas por canais financeiros e não através das atividades diretamente produtivas como a agricultura, a indústria e o comércio. Na Exortação Apostólica “Alegria do Evangelho” (Evangelii Gaudium), ele denuncia a especulação financeiro e o poder absoluto do mercado, e solicita que os governos e as lideranças da economia façam uma reforma financeira (EG 56-58,202,204).

Na Laudato Si Francisco denuncia que “os poderes económicos continuam a justificar o sistema mundial atual, onde predomina uma especulação e uma busca de receitas financeiras que tendem a ignorar todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente (LS 56). Assim, “a finança sufoca a economia real” (LS 109). Pode ser necessário o desenvolvimento de uma nova economia atenta aos princípios éticos, e uma nova regulamentação da atividade financeira especulativa e da riqueza virtual (LS 189). Inspirado em Francisco e Clara de Assis, o Papa propõe uma economia de cooperação, solidariedade e cuidado com a Casa Comum, visando o bem (con)viver. (Versão didática em <https://anima.pucminas.br/wp-content/uploads/2023/03/Cartilha-Economia-de-Francisco-e-Clara.pdf>)

- De fato, o mercado financeiro, tal como está configurado hoje no capitalismo global, apresenta ambiguidade e iniquidade. Como fazer aplicações financeiras que sejam menos danosas para a economia real, não compactuem com a mineração e outras formas de exploração, estimulem a geração de emprego e renda e favoreçam a divisão social dos bens? Uma das alternativas reais consiste em investir em fundos conhecidos como “sustentáveis”. Alguns institutos religiosos e igrejas particulares já têm essa prática.

Aqui encontramos uma dificuldade a enfrentar: as informações do mercado financeiro não são transparentes, e dependem da configuração política e econômica de cada país. Se uma instituição católica investe num fundo misto, de várias empresas, não é fácil identificar quais são, se elas estabelecem relações trabalhistas justas e são ecologicamente sustentáveis. Deve-se buscar as informações e verificar se são verdadeiras. Para isso, é necessário um trabalho conjunto de várias instituições, com o apoio de experts de economia financeira, como propõe *Mensuram Bonam*.

- Há outra dificuldade, de natureza interna. Por vezes as dioceses e institutos religiosos encarregam uma pessoa ou um pequeno grupo para escolher e fazer as aplicações financeiras, que agem por conta própria. Se elas são ingênuas ou pouco profissionais, tendem a cometer equívocos, causando prejuízos. Do ponto de vista ético, é necessário ter uma visão cristã para

fazer escolhas conscientes, que não busquem somente da lucratividade. A instituição eclesial deve escolher bem, formar, acompanhar e avaliar o trabalho da equipe econômico-financeira. Exige-se também que a tal equipe esteja sintonizada com as opções da igreja em favor da justiça socioambiental (Laudato Si) e da promoção da fraternidade e da amizade social (Fratelli Tutti).

- Outro problema a resolver diz respeito à falta de transparência e ao medo de fornecer informações, por parte das organizações da Igreja. Devemos nos preservar e usar de prudência para revelar dados financeiros. No entanto, esse “excesso de segredos” pode servir para justificar o amadorismo, a desonestidade ou um apego excessivo ao dinheiro. Como a realidade do mercado financeiro é complexa e tem muitas armadilhas, cada vez mais devemos trabalhar juntos para trocar informações e partilhar nossos erros e acertos. Quando um conjunto de províncias, Institutos religiosos ou de dioceses fazem um processo de discernimento comum para escolher um investimento sustentável, os riscos são menores e os ganhos socioambientais e financeiros, maiores. Tal procedimento é reforçado várias vezes na Mensuram Bonam.
- A rede Igrejas e Mineração já conseguiu uma série de adesões à Campanha de Desinvestimento e algumas congregações religiosas já estão analisando sua carteira de investimento para se retirar de fundos que apoiem a mineração. Outras congregações estão experimentando investimentos em atividades que realmente beneficiem as pessoas e a Mãe Terra, como por exemplo cooperativas de agricultura familiar. Muitas comunidades religiosas assinaram o Manifesto por Economias Samaritanas, que reúne uma série de propostas neste sentido (<https://www.vidanuevadigital.com/2021/11/03/organizaciones-eclesiales-invitan-a-firmar-el-manifiesto-por-una-economia-samaritana/>). Em paralelo, a rede lyM está realizando um estudo comparativo sobre os códigos éticos de investimento de algumas congregações, para ajudar as outras a se inspirarem a isso. Foram publicados diversos estudos sobre os impactos da mineração e a conexão com os bancos e fundos que os financiam.

Convidamos você, sua comunidade, seu instituto de Vida Consagrada e diocese a conhecer e colocar em prática as “boas medidas” propostas por esse documento da Academia de Ciências Sociais do Vaticano. Existe um passo-a-passo da rede lyM que ajuda nisso (escreva a iglesiasymineria@gmail.com). Ao mesmo tempo, vemos que é importante ampliarmos a ação em âmbito nacional e regional. Contamos com o apoio da CLAR (Conferência Latino-americana dos Religiosos) e do CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana). Mensuram Bonam recomenda que o conjunto de investimentos à luz da fé, com critérios éticos definidos, seja compartilhado com outras instituições e até empresas que adotam procedimentos sustentáveis. Somente assim, formando uma rede de investidores comprometidos com a continuidade da vida em toda sua extensão, nossas opções poderão exercer um impacto real, embora pequeno, no mercado.

Eis a tarefa que se põe para todas as pessoas que estão à frente das organizações católicas complexas e suas obras (bispos, provinciais, superiores/as gerais e seus conselhos): fazer um processo de desinvestimento em empresas de mineração e em outras que igualmente ferem o meio ambiente e desumanizam os pobres. E, em contrapartida, investir em fundos sustentáveis e destinar efetivamente os recursos para sua missão.

Ir. Afonso Murad

